

**- XI -****A PRODUÇÃO DA AGENDA POLÍTICO-EDUCACIONAL:  
COMPREENDENDO OS CONCEITOS TEÓRICOS  
METODOLÓGICOS SOBRE AS DISPUTAS ENTRE  
SINDICATO E GOVERNO****Aline Chalus Vernick Carissimi**

APP-Sindicato

alinevernick@gmail.com

**INTRODUÇÃO**

A agenda política tem se constituído tema constante nas pesquisas sobre políticas educacionais, tanto a sua definição como seu desenrolar e sua efetivação. Os estudos em políticas educacionais evidenciam cada vez mais a presença de disputas pelo poder na produção da agenda, principalmente quando diz respeito à articulação das pautas corporativas, neste caso as pautas sindicais e a política educacional.

Dessa forma, podemos observar a importância do sindicalismo docente na construção da agenda política educacional em trabalhos como os de Gouveia e Ferraz (2013) em que discutem a ação sindical docente e sua articulação com os interesses corporativo-trabalhistas e a política educacional. Também verificamos a capacidade de organização do sindicato docente e sua interlocução entre ações, reivindicações e desafios presentes no conjunto da política educativa conforme destacado no estudo de Melo (2013).

Outro trabalho significativo na temática do sindicalismo docente e agenda política é o estudo realizado por Ferraz e Gindin (2014) que destacam o sindicalismo docente brasileiro no governo Lula, em especial o protagonismo sindical na constituição de políticas corporativas para o magistério público sobretudo a atuação da CNTE e seus sindicatos filiados na luta travada em redor da aprovação da Lei do Piso Salarial Profissional Nacional para os profissionais do magistério público da educação básica (PSPN).

Ao discutirmos a noção de campo político e a relação de poder tal como proposta por Bourdieu (2012), concluiremos que os sujeitos que operam no cenário político disputam o poder, concorrem pelo poder, isso porque o campo político é um campo de forças e de lutas, que visa à transformação da relação de forças. Ainda assim, o autor, destaca que todo campo político tende a organizar-se entre dois polos, progressistas e conservadores, esquerda e direita, entre outros.

Se a disputa pelo poder se revela em luta política, num campo político que opera em polos distintos, podemos entender que os sindicatos são elementos centrais dessa disputa, que operam aparelhados tanto em organizações como em partidos, utilizando-se deles para defesa e condução dos interesses da classe trabalhadora.

Essa representação de classe traduzida pelos sindicatos constitui-se em capital político dos trabalhadores, também denominado por Bourdieu (2012, p.188) de capital simbólico, poder simbólico, ou seja,

O poder simbólico é um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, uma *fides*, uma *auctoritas*, que lhe confia pondo nele sua confiança. É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe. (BOURDIEU, 2012, p.188)

Nesse sentido, podemos dizer que a luta política, e no caso dessa pesquisa, a disputa pela agenda política, toma como elemento central, na produção das políticas educacionais, a relação entre sindicalismo docente e governo. Cabe destacar que o poder simbólico dos sindicatos, é portanto a capacidade de representação dos trabalhadores.

Essa disputa entre os campos políticos e de forças, como destaca Bourdieu (2012), é que é decisiva para a compreensão de como ocorre o processo de construção da agenda política e a negociação das pautas corporativas dos trabalhadores do serviço público com o governo.

## **DESENVOLVIMENTO:**

Nesse trabalho, além dos conceitos básicos de política e agenda política já mencionados anteriormente, também destaca-se a necessidade de explorar a ideia do significado de ação sindical, o que pode ser explicado no desvelar da atuação do sindicato no tocante ao movimento das reivindicações e das negociações com os governos, ou seja, a disputa em torno da agenda política. Essa ação sindical implica o desenvolvimento de

estratégias sobre as demandas da categoria para que enfim ascendam à agenda política e ainda ao contexto da negociação.

Para Ferraz (2012), a ação sindical tem como princípio motor a melhoria futura da condição do trabalhador, porque se torna uma atividade específica da sociedade capitalista que tem o trabalho e o mercado como elementos fundamentais para a sua existência.

Dessa maneira, podemos dizer que a ação sindical pode se traduzir na ordenação das demandas tanto específicas e corporativas de uma determinada categoria, bem como a produção dos meios de pressão para que essas demandas ascendam à agenda política dos governos, quando é o caso do serviço público.

Ao pensar a construção da agenda política, tomam-se em conta as contribuições dadas por Muller e Surel (2002), esses autores analisam as políticas públicas a partir de três vertentes da noção de política, sendo:

- 1) a esfera da política (*polity*);
- 2) a atividade política (*polities*);
- 3) a ação pública (*policies*).

Nesse sentido, podemos dizer que esse trabalho vislumbra o desenrolar da segunda vertente, ou seja, o campo da atividade política, neste caso a construção da agenda política e a disputa entre sindicato e governo na negociação das demandas.

Muller e Surel (2002) destacam que ao analisar a inscrição de determinado objeto na agenda da política “um problema deve estar integrado de fato às formas e às lógicas de funcionamento do aparelho político-administrativo” (2002, p.66), assim entende-se que as ações sindicais se inscrevem na agenda política por adentrarem esses espaços que exigem decisão política.

O movimento de construção da agenda política considera, portanto, neste trabalho, a relação sindicato-governo, tendo como parâmetro dois governos distintos e, *a priori*, de projetos políticos diferentes entre os anos de 2003 e 2015.

A ação sindical se produz na construção das reivindicações da categoria e nas disputas travadas em torno delas demarcando mecanismos de pressão e luta, a fim de determinar uma agenda política, que se materializa a partir de negociações com o governo.

Para Bordieu (2012), a luta política, no caso deste trabalho, traduzida pela ação do sindicato, tem como fundamento as determinantes econômicas e sociais que são típicas da divisão do trabalho político, realizadas pelos agentes politicamente ativos, nesse caso os dirigentes sindicais, inseridos em campos de forças e campo de lutas.

A luta sindical está cravada no campo político, no qual a vida política encontra desigual instrumentos de reprodução do mundo social e por isso demanda lutas e pressões em torno do poder, no intuito de vislumbrar esforços que possam produzir maior igualdade social, inclusive os direitos dos trabalhadores, pois ainda de acordo com Bourdieu (2012), tudo que é politicamente pensável para uma determinada classe determina-se na relação entre os interesses que exprime essa classe e a capacidade de expressão de seus interesses.

Assim, podemos concluir que aí está o papel do sindicato, ou seja, expressar os interesses de uma classe, a partir de sua organização e ação sindical, de tal forma que podemos dizer ainda que o papel do sindicato está ancorado na luta de classes dada pelo jogo político entre governo e a fração de classe representada pelo sindicato, essa capacidade de organização política e sindical é que constitui o capital político do sindicato.

A participação no jogo político compõe, para Bourdieu (2012), a “vida política” vivenciada nas relações, nesse caso, na relação entre a luta das organizações políticas e a luta das classes, uma relação simbólica, em que se disputa o espaço ou a estrutura do campo político, a posição na política, isso é possível por conta do campo político organizar-se em dois polos distintos, o do “partido” do movimento, nesse caso o partido predominante na estrutura sindical, e o partido que detém o monopólio do Estado.

## REFERÊNCIAS:

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

FERRAZ, M. A.; Sindicalismo Docente no Brasil: elementos para uma análise. In: GOUVEIA, A. B. e FERRAZ, M. A.; **Educação e conflito: luta sindical docente e novos desafios**. Curitiba: Appris, 2012.

FERRAZ, M. A.; GINDIN J. Sindicalismo docente no governo Lula: desafios de protagonismo e fragmentação. In: OLIVEIRA, R. V.; BRIDI M. A.; FERRAZ, M. **O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

MELO, S. D. G. Trabalho docente e organização sindical em Minas Gerais. **Educar em Revista**. Curitiba, n. 48, p. 93-110, abr/jun. 2013.

MULLER, P.; SUREL, Y. **Análise das políticas públicas**. Pelotas: EDUCAT, 2002.